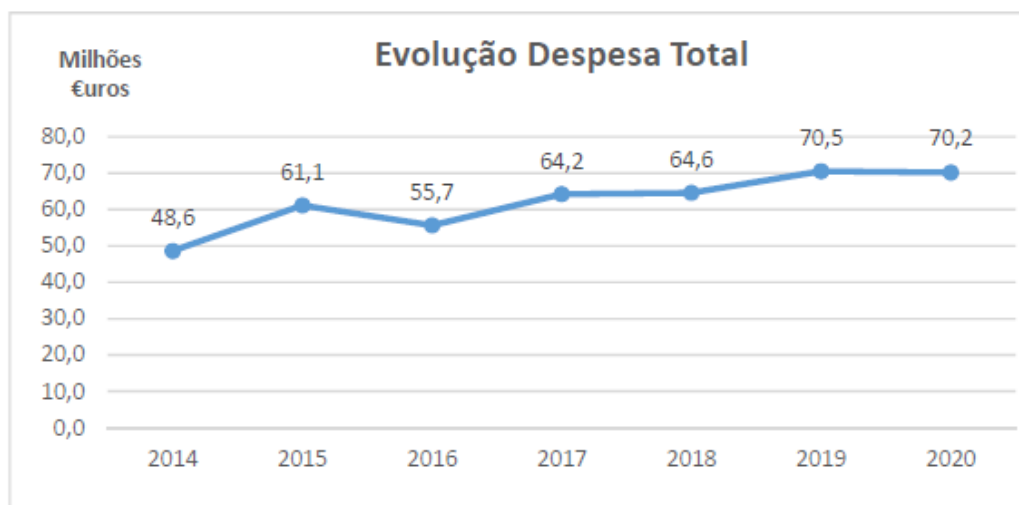
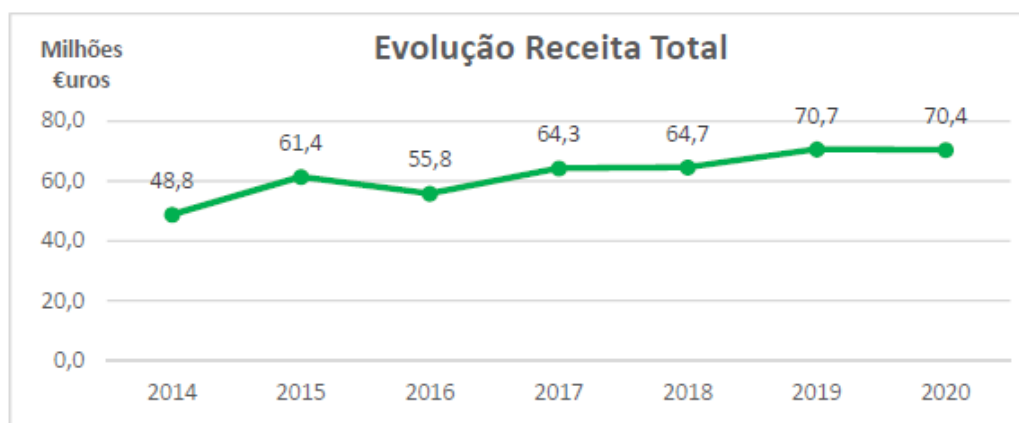
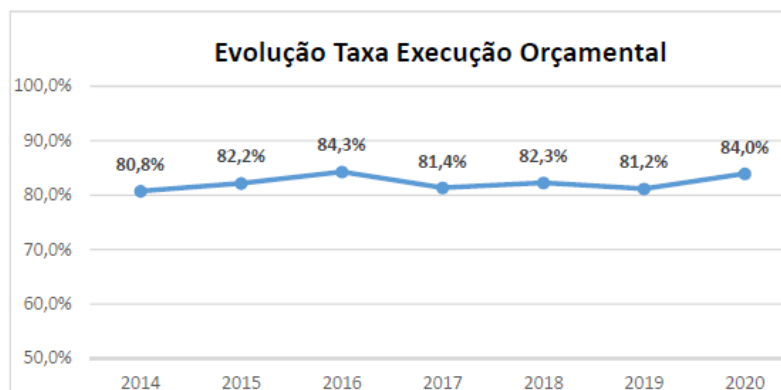


AC. EM CÂMARA

(01) RELATÓRIO DE ATIVIDADES E PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020 - CMVC E SMVC:- Relativamente ao assunto indicado em título o Presidente da Câmara apresentou a proposta que seguidamente se transcreve:- **“PROPOSTA - RELATÓRIO DE ATIVIDADES E PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020 – I - ECONOMIA E FINANÇAS** - A gestão e atividade municipal em 2020, foi marcada pelos constrangimentos provocados pela pandemia COVID-19, contudo, importa realçar que receita cobrada e despesa paga em **2020 ultrapassou os 70 milhões de euros.**



Em 2020 a Taxa de Execução Orçamental voltou a atingir o valor de 84,0%.



No ano de 2020 a receita cobrada atingiu os 70,424 milhões de euros, verificando-se uma ligeira diminuição relativamente à receita cobrada no ano anterior.

| DESCRIÇÃO | 2018 | 2019 | 2020 | Δ 19/20 |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------|
| RECEITAS CORRENTES | 49.852.359 | 52.600.068 | 52.769.575 | 0,3% |
| Impostos Diretos | 22.782.553 | 23.840.056 | 22.372.546 | -6,2% |
| Impostos Indiretos | 292.844 | 393.315 | 463.024 | 18% |
| Taxas Multas O. Penalidades | 964.259 | 957.834 | 816.208 | -15% |
| Rendimento Propriedade | 65.271 | 40.629 | | -100% |
| Transferências Correntes | 19.424.721 | 20.217.035 | 25.019.455 | 24% |
| Venda Bens Serviços | 5.521.821 | 5.829.748 | 3.487.828 | -40% |
| Outras Receitas Correntes | 800.890 | 1.321.451 | 610.514 | -54% |
| RECEITAS DE CAPITAL | 14.726.514 | 17.974.940 | 17.503.065 | -2,6% |
| Venda de Bens de Investimento | 931.164 | 210.152 | 545.022 | 159% |
| Transferências Capital | 8.008.738 | 8.644.025 | 11.932.925 | 38% |
| Passivos Financeiros | 5.547.068 | 9.120.763 | 4.997.139 | -45% |
| Outras Receitas Capital | 239.544 | | 27.979 | |
| Saldo Gerência Anterior | 104.355 | 108.545 | 151.465 | 40% |
| TOTAL RECEITAS | 64.683.228 | 70.683.553 | 70.424.104 | -0,4% |

A receita corrente cobrada face ao ano anterior registou um aumento de 0,3%, destacando-se a rubrica de Transferências Correntes, com um aumento de 4,8 milhões de euros resultado da receita proveniente do Ministério da Educação, relativo à transferência de competências.

A receita de capital cobrada em 2020 registou uma diminuição de 3,0%, explicada pelo **aumento de 3,289 milhões de euros de subsídios não reembolsáveis obtidos** (FEDER) e redução significativa (4,1 milhões de euros) da rubrica Passivos Financeiros (empréstimos bancários), comparativamente ao ano anterior.

Relativamente ao Impostos Diretos Locais, como se pode verificar no quadro e gráficos seguintes, em 2020 foi quebrada a tendência de subida, registando-se uma diminuição de 1,4 milhões de euros, relativamente ao ano anterior, devido principalmente diminuição do IMT e da DERRAMA.

IMPOSTOS DIRETOS LOCAIS

| Impostos | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Δ 19/20 |
|--------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------|
| I.M.I. | 11.740.581 € | 12.104.730 € | 12.224.078 € | 12.358.645 € | 1,1% |
| I.M.T. | 3.458.966 € | 3.768.512 € | 4.873.872 € | 3.919.975 € | -19,6% |
| IUC | 2.061.230 € | 2.188.526 € | 2.279.181 € | 2.335.249 € | 2,5% |
| Derrama | 3.777.416 € | 4.165.784 € | 4.384.572 € | 3.758.678 € | -14,3% |
| Total | 21.038.192 € | 22.227.553 € | 23.761.703 € | 22.372.546 € | -5,8% |

No que concerne à evolução de outras receitas próprias, quadro seguinte, comparativamente ao ano anterior verificou-se um decréscimo de 34%.

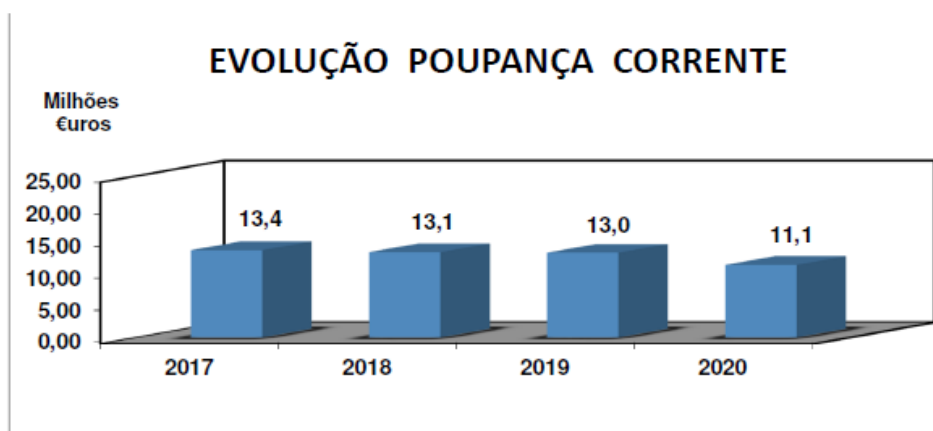
A rubrica que mais contribuiu para esta diminuição, foi a Venda de Bens e Serviços, com um decréscimo de 2,4 milhões de euros, produto das isenções concedidas pela Câmara às famílias e empresas, minimizando a perda de rendimentos provocada pela pandemia COVID-19.

| Outras Receitas Próprias | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Δ 19/20 |
|--------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------|
| Imp. Indiretos + Taxas | 1.363.901 | 1.257.103 | 1.351.150 | 1.279.232 | -5% |
| Venda Bens Serviços | 4.953.374 | 5.521.821 | 5.829.748 | 3.487.828 | -40% |
| Total | 6.317.275 | 6.778.924 | 7.180.897 | 4.767.060 | -34% |

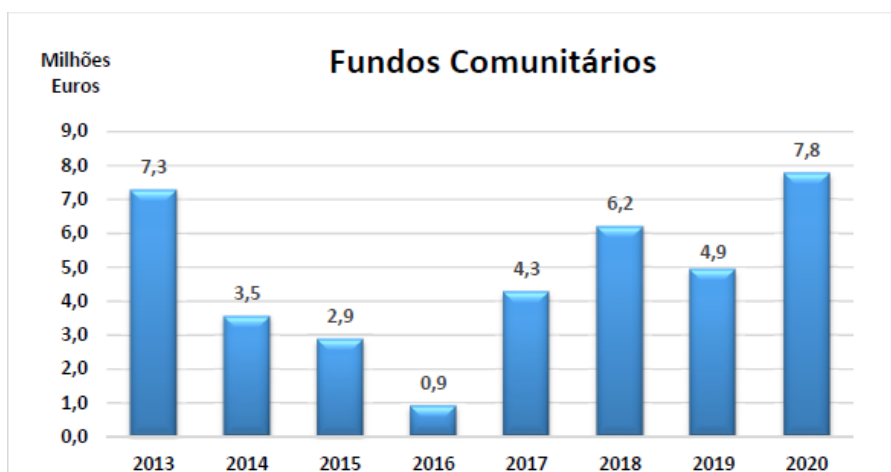
A **Despesa Total** paga registou o valor de 70,186 milhões de euros. A despesa corrente registou um aumento de 2,073 milhões de euros, justificado pelo aumento da despesa com o pessoal devido ao descongelamento de carreiras e encargos resultantes da transferência de competências do Ministério da Educação.

De realçar a redução de 1,794 milhões de euros da rubrica de Aquisição de Bens e Serviços, fruto do cancelamento de atividades municipais devido às restrições impostas pela pandemia COVID-19.

A Poupança Corrente, este indicador continua a apresentar valores muito positivos, que conjuntamente com a receita proveniente dos Fundos Comunitários e Contratos Programa celebrados com o Estado, muito tem contribuído para o financiamento do Investimento Global (Câmara, Freguesias e Instituições) realizado no Concelho.

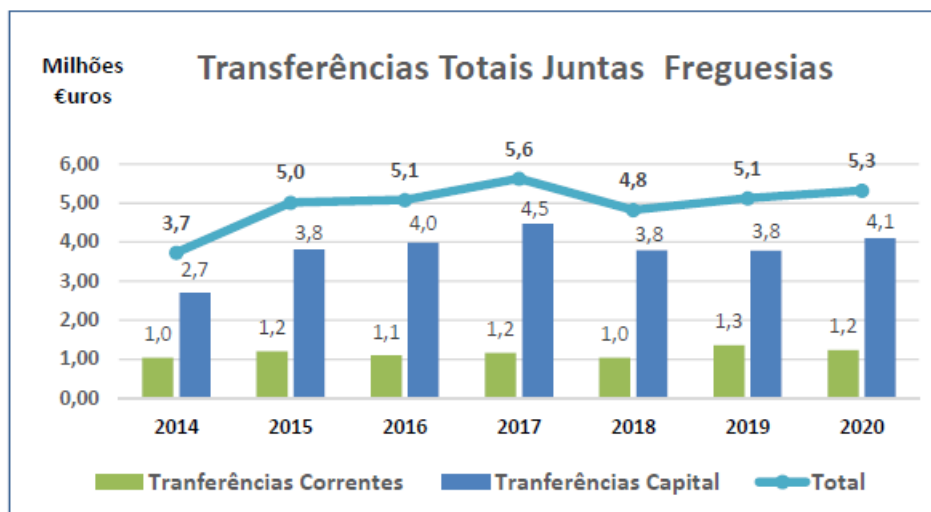


A receita proveniente de fundos comunitários no ano de 2020 atingiu o valor de 7,8 milhões de euros, valor mais elevado de sempre.



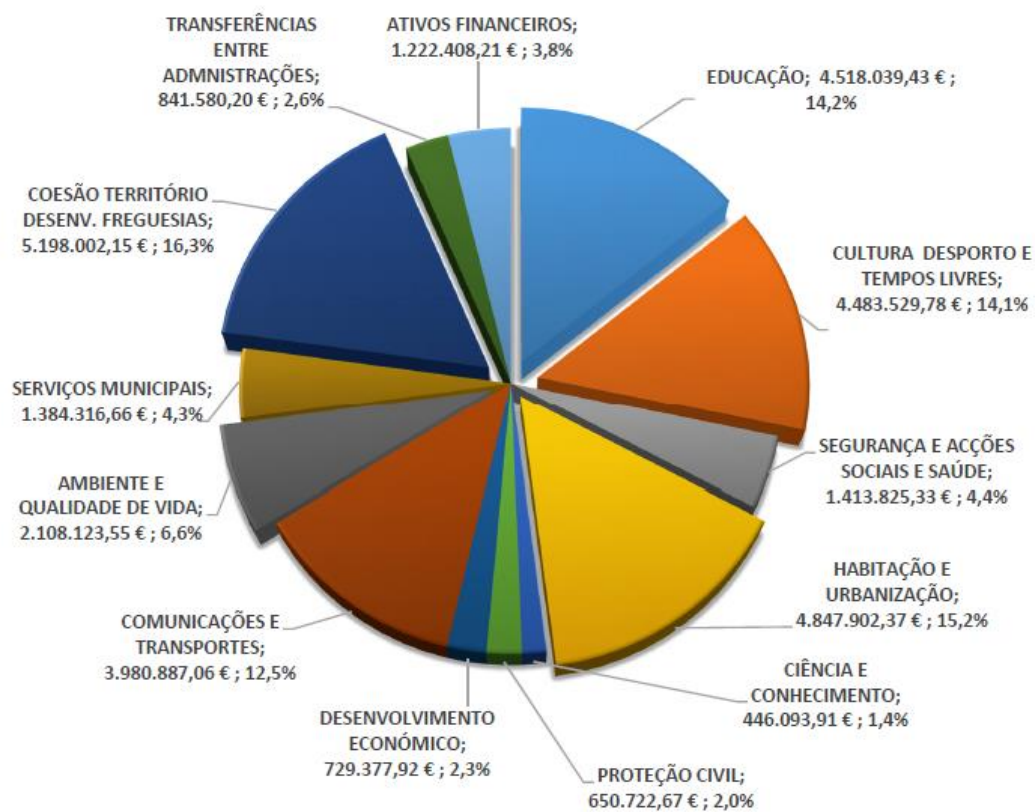
O **Investimento Global** em 2020 atingiu o montante de 20,8 milhões de euros, representando uma diminuição face ao ano anterior de 2,2 milhões de euros.

Importa realçar que o investimento realizado em 2020 foi financiado por subsídios não reembolsáveis obtidos de 9.37 milhões de euros, passivos financeiros 1,77 milhões de euros e pela poupança corrente.



Grandes Opções do Plano

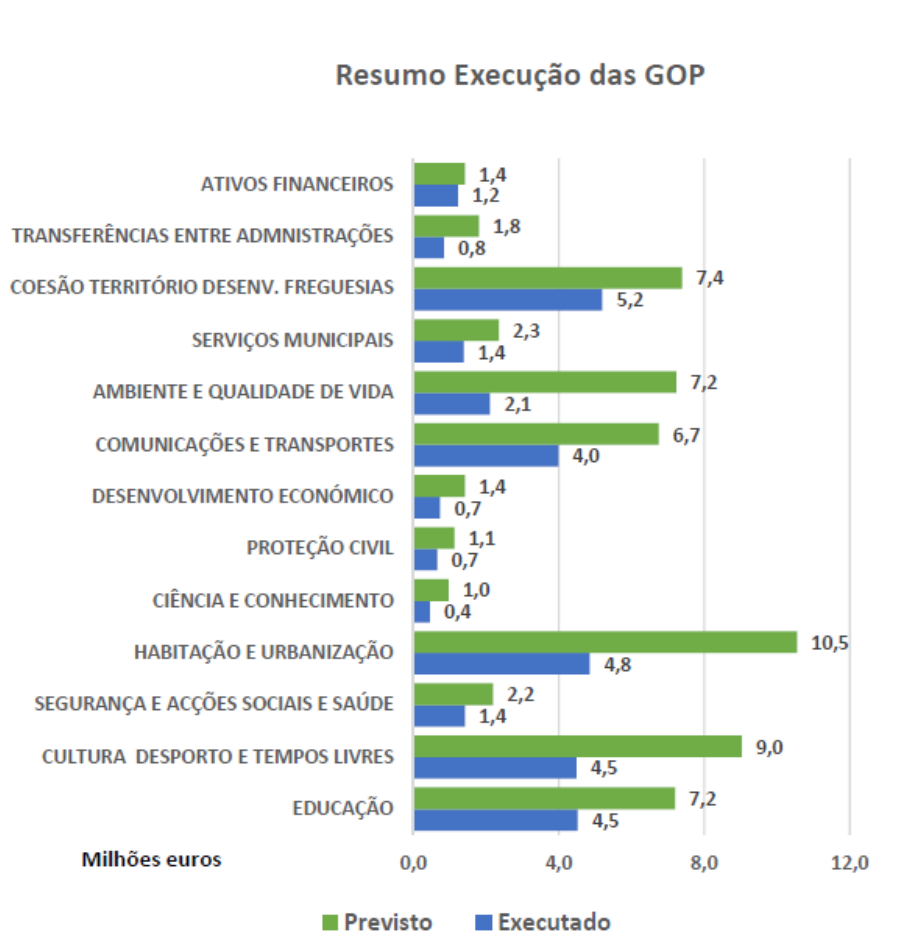
GRANDES OPÇÕES PLANO (GOP'S)



A execução das Grandes Opções do Plano confirma prossecução da política de descentralização e transferências de competências para as Freguesias, valorizando a cooperação e dinamismo dos Executivos

das Juntas e Uniões de Freguesia. Em segundo lugar surge a Habitação e Urbanismo, resultado da execução das candidaturas aprovadas no âmbito do PEDU. Em terceiro e quarto lugar, com valores de execução muito próximos, temos Educação e Cultura Desporto e Tempos Livres surge a Habitação e Urbanismo.

Análise comparativa entre Previsão e Execução



Da análise do gráfico anterior podemos concluir que, as quatro áreas prioritárias de intervenção previstas aquando a elaboração das GOP'S, nomeadamente, Habitação e Urbanização, Cultura Desporto e Tempos Livres, Coesão Territorial Desenvolvimento das Freguesias e Educação, pelos valores de execução mantiveram-se nos quatro primeiros lugares.

I- COMBATE À PANDEMIA COVID 19

Apoios a trabalhadores, empresas e setores de atividade específicos

- Reforço Orçamental, em 2020, de 750.000 euros para a Proteção Civil, Coesão Social, Freguesias e Ação Social Escolar;

- Apoio excecional a Instituições Particulares de Segurança Social (IPSS) do concelho para incentivos diversos no âmbito social e para aquisição de equipamentos de proteção individual ou outros;

A Câmara Municipal apresentou um conjunto de medidas que visaram recuperar e reativar a economia local para consolidar e aumentar o emprego em Viana do Castelo.

Assim, foram implementadas as seguintes medidas.

1. Empreendimentos turísticos (hotelaria e turismo):

- a) Isenção das taxas de licenciamento em todas as operações urbanísticas;
- b) Isenção da liquidação do IMT (Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis);
- c) Isenção do IMI pelo período de cinco anos;
- d) Apoio e acompanhamento nos projetos de investimentos.

2. Acolhimento Empresarial:

- a) Isenção das taxas de licenciamento em todas as operações urbanísticas;
- b) Isenção da liquidação do IMT (Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis);
- c) Bonificação do preço de cedência de terrenos;
- d) Apoio e acompanhamento de projetos de investimento.

3. Atividade hoteleira, de restauração e de espaços de bebidas:

- a) Isenção da ocupação do espaço público com esplanadas;
 - b) Isenção das taxas por fixação de publicidade ou ocupação do domínio público.
- Desde março de 2020 e até 30 de junho de 2021, a isenção de pagamento de estacionamento na via pública (parquímetros) e na utilização do Parque de Estacionamento do Campo d'Agonia (PECA).
 - Foi igualmente prolongada até 30 de junho a isenção de taxas de ocupação do domínio público, taxas de concessão e rendas de aluguer municipais. Esta medida abrange os bares e espaços de restauração concessionados pela Câmara Municipal, o Posto de Turismo "Welcome Center" e outros espaços/prédios.
 - Foram isentas de rendas de aluguer até 30 de junho de 2021 as empresas instaladas no Parque Empresarial da Praia Norte, sendo que a isenção corresponde a 50% do valor da taxa liquidada, percentagem de receita retida pelo Município, já que os outros 50% são receita da APDL.
 - Isenção de rendas de aluguer até 30 de junho de 2021 às empresas da Incubadora instalada na Praça da Liberdade, do Mercado Municipal, da Feira Semanal e do Terrado do Mercado Municipal, bem como do Interface dos Transportes, e dos Armazéns de Aprestos de Castelo de Neiva.
 - Foram apresentados pelos comerciantes vianenses um total de 65 pedidos à iniciativa "Viana à Esplanada". A medida, que esteve em vigor antes do novo confinamento geral, visava incentivar e promover o comércio e restauração em espaço público.
 - "Havemos de ir a Viana", campanha de promoção da cidade e do concelho no pós-Estado de Emergência que foi lançada pela Câmara Municipal e pela AEVC com o objetivo de promover a reativação do comércio, restauração e hotelaria vianenses.
 - "Compre em Viana, apoie o Comércio Local" foi o mote da campanha lançada pela Câmara Municipal e pela Associação Empresarial para transmitir e demonstrar a confiança e segurança na utilização dos equipamentos vianenses, no acesso aos alojamentos hoteleiros, restaurantes, cafés, pastelarias e estabelecimentos comerciais da cidade e do concelho.
 - Em maio de 2020, foi lançado o selo "Comércio Seguro", em vigor por tempo indeterminado. A iniciativa pretendia reativar o comércio tradicional local através de um selo que garantia que o negócio está a cumprir todas recomendações de prevenção da Covid-19.

- A Câmara Municipal entregou à corporação de Bombeiros Sapadores de Viana do Castelo, Bombeiros Voluntários de Viana do Castelo e Cruz Vermelha geradores de ozono para proceder à descontaminação de veículos de emergência e apoiar ações de descontaminação de equipamentos sociais.

Saúde e Apoio Social

- O Centro Cultural de Viana do Castelo esteve a funcionar, até final de março de 2021, como Unidade de Retaguarda. Esta unidade de retaguarda instalada no Centro Cultural teve disponíveis 120 camas, dispondo ainda de espaços de apoio médico, balneários, casas de banho para profissionais de saúde, sala para profissionais de saúde, sala de estar e espaços para tratamentos, rampas acessíveis e circuitos diferenciados para reduzir possibilidades de contágios.
- Na Unidade de Retaguarda, a autarquia esteve a assegurar a alimentação dos funcionários e dos utentes do espaço, em parceria com a Proteção Civil. À medida que foi necessário, o Município apetrechou a Unidade com os equipamentos necessários.
- No âmbito das suas competências, a Câmara Municipal de Viana do Castelo disponibilizou testes de despiste à COVID-19 a instituições do concelho para prevenção e rastreio da doença.
- O Município tem apoiado as instituições sociais com a entrega de equipamentos de proteção individual.
- Em março de 2020, foi criada uma Bolsa de Voluntariado Interno para suprir necessidades através da entrega de refeições, alimentos e medicamentos a quem precisa.
- Foi criada a Linha de Apoio Social à população do concelho, num contacto permanente e direto com a equipa da Coesão Social da Câmara Municipal. Esta linha de apoio, através do telefone 258 809 316, disponível das 9h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00, tem como objetivo disponibilizar informações que possam facilitar o dia a dia a todos os munícipes em situação económica frágil ou com alguma dúvida relativamente a apoios sociais.
- Foi implementada a Linha de Apoio à Solidão. Esta linha telefónica 258 809 317 está disponível entre as 9h00 e as 13h00 e as 14h00 e as 17h00, de segunda a sexta-feira, sendo o atendimento assegurado por psicólogos.
- Através de um protocolo entre a Câmara Municipal e a Unidade Local de Saúde do Alto Minho (ULSAM) foram disponibilizadas cinco viaturas para a prestação de cuidados de saúde domiciliários, no âmbito do projeto “Saúde Mais Próxima”.
- O Município e a Cruz Vermelha Portuguesa estabeleceram protocolo para implementação do projeto “Saúde mais Próxima – Unidade Móvel de Saúde (UMS)”, que incluiu a criação de uma Unidade Móvel para apoio à comunidade e para realização de testes rápidos no âmbito da pandemia.
- A Câmara Municipal vacinou centenas de trabalhadores do Município para prevenir a gripe sazonal. No último trimestre de 2020, a autarquia também realizou a campanha de vacinação contra a gripe sazonal nas Juntas de Freguesia do concelho.
- Durante os períodos de confinamento, a Câmara Municipal, através das suas escolas de referência, durante o confinamento e efetiva suspensão das atividades letivas em todos os níveis de ensino, garantiu o fornecimento de refeições a alunos com escalão A e B e a famílias carenciadas.

Educação

- A Câmara Municipal de Viana do Castelo adquiriu 600 portáteis e 668 hotspots para ligação à internet, para apoiar o ensino à distância dos estudantes com alunos identificados do escalão A e B com carências económicas. Os computadores servem para dar apoio aos alunos identificados do escalão A e B com carências económicas e são entregues em regime de cedência.
- Para o ano letivo 2020/2021, a Câmara Municipal reforçou a equipa de apoio às escolas com 32 assistentes operacionais e 46 tarefeiros.

Cultura

- Para apoio à Cultura, o fundo de apoio Medidas de Âmbito Cultural, lançado pela autarquia, recebeu um total de 19 candidaturas, tendo sido selecionados 7 projetos, no valor global de 20.000 euros.

Medidas de apoio à habitação

- Foi aprovada a redução do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) para 0.36% e ainda uma redução para famílias numerosas. A medida visa apoiar as famílias e representa uma redução de 20% na taxa máxima fixada por lei (0.40%).

Desporto

- O Município atribuiu uma verba global de 150 mil euros a ser distribuída por 38 associações e clubes desportivos. O programa foi criado com o objetivo de apoiar as associações do concelho afetadas pela declaração de pandemia e que viram as suas atividades suspensas e/ou reduzidas, perdendo receitas que permitiam dar resposta a despesas diversas.
- Em finais de setembro passado, foi lançado um Programa Excecional no Âmbito da COVID-19 que atribuiu um apoio de 250 euros por jogo em casa a 20 clubes do concelho, num investimento que rondou os 75 mil euros até final do ano e que integrou o programa municipal “Ativar o Desporto”.

Agradecimentos: - Aos Bombeiros do Município de Viana do Castelo, municipais e voluntários, aos cidadãos voluntários, à proteção civil municipal, aos Presidentes de Juntas de Freguesia pela dedicação e trabalho realizados no âmbito do combate aos incêndios florestais que fustigaram o nosso concelho. Uma palavra especial á nossa Comunidade de saúde pelo excelente trabalho realizado no combate à pandemia bem como a todos os serviços públicos da primeira linha. Aos dirigentes e funcionários da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados pelo elevado sentido de serviço público e profissionalismo demonstrados que permitiram a realização dos objetivos traçados pelo executivo municipal. (a) José Maria Costa” e ainda a justificação do documento dos SMVC que também se transcreve:- “O ano de 2020 fica marcado pela pandemia provocada pelo SARS-CoV-2, responsável pela doença da COVID-19 e que afetou todos os setores e todas as áreas da sociedade, alterando, assim, a vida de todos nós. No entanto, todos os colaboradores dos SMVC, dirigentes e funcionários, estiveram na linha da frente, sempre ao serviço das populações no cumprimento das suas funções, garantindo e mantendo sempre ativos os serviços públicos, como a recolha de resíduos e a limpeza e Higienização dos espaços públicos. Por essa razão, o Conselho de Administração quer deixar aqui, bem expresso, um agradecimento público a todos os seus colaboradores que, de forma

exemplar e num tempo tão adverso como o da pandemia, desempenharam com zelo e dedicação as suas funções. O ano de 2020, distingue-se por ser o primeiro ano da nova missão que o Executivo Municipal destinou aos SMVC. Na atualidade, a função dos Serviços Municipalizados foca-se agora na recolha, transporte e encaminhamento dos Resíduos Urbanos indiferenciados para aterro, na recolha e transporte dos biorresíduos alimentares e de espaços verdes, bem como os REEE para valorização/reciclagem e ainda na Higiene e Limpeza Urbana da cidade (Monserrate e Santa Maria Maior), bem como alguns espaços públicos da Meadela e da freguesia de Darque. O exercício de 2020, identifica-se também pela continuidade da implementação do projeto Viana Abraça, projeto inovador reconhecido por diversas entidades públicas e privadas, como por exemplo os serviços técnicos do Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR), que o assinala e referencia como projeto modelo. Durante o ano 2020, os SMVC garantiram a manutenção da certificação integral de toda a organização, nomeadamente em termos dos normativos da Qualidade, Ambiente, Higiene, Segurança e Saúde, que nos identificam como Entidade Gestora “em baixa” pioneira a nível nacional neste domínio. Merece ainda destaque a aquisição de duas viaturas, num investimento de cerca de meio milhão de euros, uma para recolha de Biorresíduos Alimentares com sistema robotizado de elevação por carga lateral, cofinanciada pelo PO SEUR, outra, importantíssima, para lavagem de contentores, integralmente financiada pelo seu orçamento. Globalmente e retrospectivamente, entre 2010 e até ao ano de 2020 e sem contabilizar o investimento de 4,5M€ da candidatura ao POSEUR, os SMVC investiram fortemente na sua rede de equipamentos de descarga para resíduos urbanos, sobretudo para os resíduos indiferenciados e valorizáveis, vulgarmente designados de trifluxo (papel/cartão, plástico/metalo e vidro). Estes equipamentos para descarga de resíduos foram fundamentais para garantir o normal e funcionamento das atividades (RU & Limpeza Pública) asseguradas pelos SMVC, mas também para potenciar o aumento das retomas da recolha seletiva para valorização através da reciclagem. Assim, a aquisição do conjunto destes equipamentos entre o ano 2010 e o ano 2020, essenciais ao regular e normal funcionamento do Sistema Público de gestão de Resíduos e Limpeza Pública e incremento das frações valorizáveis, implicou um esforço e investimento de 862.018,36 € (RU – indiferenciados) e 185.929,38 € (RU – trifluxo, ecopontos). O total do investimento em equipamentos de descarga entre 2010 e 2020 ascendeu ao montante de 1.047.947,74 €. Igualmente em retrospectiva e relativamente a equipamentos de transporte, entre 2010 e até ao ano de 2020 e sem contabilizar o investimento de 4,5M€ da candidatura ao POSEUR, os SMVC adquiriram diversas viaturas pesadas para o Sistema Público de Gestão de Resíduos e Gestão da Atividade da Limpeza Pública. A aquisição do conjunto destes equipamentos entre o ano 2010 e o ano 2020, essenciais ao regular e normal funcionamento do Sistema Público de gestão de Resíduos e Limpeza Pública, implicou um esforço e investimento total de 1.685.287,76 €. Numa perspetiva histórica, entre equipamentos de descarga para resíduos urbanos (indiferenciados e trifluxo) e equipamentos de recolha e transporte de resíduos e **limpeza pública** e entre os anos de **2010 e 2020**, o montante do investimento ascendeu a **2.733.235,5€**. Por fim, os SMVC, assumem o

objetivo de continuar a afirmar-se como uma Entidade de Referência Nacional nas suas áreas de atuação, procurando elevar sempre e cada vez mais os padrões de desempenho com espírito de missão, almejando alcançar o objetivo de serviço público disponível e acessível a todos os cidadãos do nosso concelho. Para isso o Conselho de Administração assumiu o compromisso de adotar um modelo de gestão ética, social e ambientalmente responsável. Neste contexto, contam com todos os seus colaboradores, a quem mais uma vez agradece por contribuírem para o bom desempenho desta Instituição Pública. (a) José Maria Costa.”.

Finda a apresentação dos documentos, o Presidente da Câmara Municipal submeteu a votação, os Relatórios de Atividades e Documentos de Prestação de Contas da Câmara e dos Serviços Municipalizados, tendo sido aprovados por maioria com cinco votos a favor do Presidente da Câmara e dos Vereadores Luís Nobre, Carlota Borges, Ricardo Carvalhido, Ricardo Rego e Carlos Morais e dois votos contra das Vereadoras Paula Veiga e Cláudia Marinho. Mais foi deliberado submeter os referidos documentos a apreciação da Assembleia Municipal e mandar remetê-los ao Tribunal de Contas, tudo de acordo com o disposto, nomeadamente, no Regime Jurídico instituído pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), conjugado com o artigo 33º, número 1, alínea c), da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e no número 1 do artigo 47º da Lei n.º 2/07, de 15 de Janeiro. Por último, foi ainda deliberado que os mencionados documentos não ficassem transcritos na ata, pelo que, depois de assinados por todos os Membros presentes da Câmara Municipal e por eles rubricados em todas as folhas, ficam arquivados na pasta anexa ao livro de atas, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei número 45.362, de 21 de Novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número 334/82, de 19 de Agosto. Esta deliberação foi tomada por unanimidade, estando presentes o Presidente da Câmara e os Vereadores Luis Nobre, Carlota Borges, Ricardo Carvalhido, Ricardo Rego, Carlos Morais, Paula Veiga e Cláudia Marinho. Por último, foram apresentadas as seguintes declarações de voto:-

DECLARAÇÃO DE VOTO DA VEREADORA PAULA VEIGA:- “DECLARAÇÃO DE VOTO - Voto **CONTRA**, na sequência do voto desfavorável ao Plano de Atividades e Orçamento de 2020 porque, naturalmente, não seriam estas as linhas de execução que seguiria. (a) Paula Veiga.”.

DECLARAÇÃO DE VOTO DA VEREADORA CLÁUDIA MARINHO:- “DECLARAÇÃO DE VOTO – A CDU do que conseguiu analisar levanta algumas questões, sendo elas: 1- Onde consta o parecer do oficial de contas? 2- Constatamos que continuam a existir um número bastante significativo de devedores ao município (aproximadamente 900 mil euros), inclusive dividas que já se arrastam desde 2001. O que tem sido feito ou que pode ainda ser feito para que estes valores sejam restituídos? 3 - Verifica-se uma diminuição na receita dos impostos diretos (-6,2%), com verificação na diminuição do IMT, Derrama e IMI. 4 - Referente a outras receitas próprias verifica-se também um decréscimo, justificativo com menos vendas de bens e serviços e

também das isenções concedidas pela câmara às famílias e empresas, facto marcado pela pandemia COVID-19. 5 - Poupança Corrente com valores favoráveis sobretudo pela receita proveniente de fundos comunitários (7,8 milhões de euros) 6 – Nas GOP pode-se constatar que a previsão não acompanhou a sua execução. Onde é mais evidente esta discrepância é na área da ciência e conhecimento; desenvolvimento económico; educação; ambiente e qualidade de vida e por fim habitação e urbanização. - A CDU uma vez mais vê-se forçada a votar contra a proposta apresentada. O não cumprimento do regimento instituído por este órgão executivo pela maioria PS é evidente e continuado. O regimento e a lei geral do regime jurídico das autarquias locais (Lei nº 75/2013), prevê no número 2 do artigo 53, que: “A ordem do dia é entregue a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data do início da sessão ou reunião, enviando-se-lhes, em simultâneo, a respetiva documentação”. Não é primeira vez que tal acontece e também não é por falta de referencia a esta prevaricação que a situação muda, podendo afirmar que o respeito para com a eleita da CDU é indiferente para quem detém a maioria neste órgão deliberativo. É impossível analisar documentos desta extrema importância em tão pouco tempo e com a devido rigor e responsabilidade que estes merecem e acarretam. Não fui eleita para fazer tábua rasa ao que me é apresentado fui eleita para propor, sugerir, acrescentar, alterar mas também para denunciar situações lesivas ao município e por sua vez à população. (a) Cláudia Marinho”.

5 de Maio de 2021